

As ações do Estado no Enfrentamento da Violência nas Escolas da Região Metropolitana de Belém/PA

Aldo Luiz Fernandes SOUZA; Leildo Dias SILVA

AS AÇÕES DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/PA

Aldo Luiz Fernandes SOUZA

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

aldofernand3@yahoo.com.br

Leildo Dias SILVA

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

leildodias20@hotmail.com

4

Resumo

A violência é uma temática que está presente no cotidiano das sociedades modernas, causando mudanças significativas na vida das pessoas e no espaço. A violência permeou as sociedades modernas e suas instituições, inclusive, a escola. O Estado enquanto regulador/normatizador busca enfrentar tal problemática. Com isto, a presente pesquisa tem como tema “as ações do Estado para o enfrentamento da violência na escola”, objetivando fazer uma análise destas ações efetuadas pelo Estado nas escolas da Região Metropolitana de Belém (RMB), nos anos de 2012 a 2016. A pesquisa aponta que as principais ações de enfrentamento da violência efetuadas pelo Estado são: o policiamento efetuado por meio da Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE) e a fortificação da estrutura física das escolas. Conclui-se que o policiamento realizado no entorno e na escola, como também a fortificação dela não apresentam resultados satisfatórios no que diz respeito ao combate da violência.

Palavras-chave: Violência. Escola. Estado. Fortificação. Policiamento na escola.

Abstract

The violence is a thematic which is present in the daily life of the modern societies, causing significant changes in the life of people and in the space. The violence permeated the modern societies and their institutions, including, the school. The State as a ruler/standardizer seeks to face such problematic. With this, the present research has as theme “the State's actions in the facing of the violence in the school”, objectifying to make an analysis of these actions done by the State in the schools from the Metropolitan Region of Belém (MRB), within the years of 2012 to 2016. The research points that the main actions of facing of the violence done by the State are: the policing effectuated through the Independent Scholar Policing Company (ISPOC) and the fortification of the physical structure of the schools. It's concluded that the policing realized in the surrounding and in the school, as well as the fortification of it doesn't show satisfactory results concerning the violence fighting.

Keywords: Violence. School. State. Fortification. School Policing.

1. INTRODUÇÃO

O tema da violência vem ganhando destaque nos mais diversos meios midiáticos e também na academia. No primeiro caso, a busca pode não estar na compreensão da violência, mas sim, na audiência e no sensacionalismo. No segundo caso, a busca se passa pelo entendimento e análise das causas e conseqüências da violência, considerando o espaço-tempo.

O Estado como mediador/normatizador de conflito e guardião da violência legítima (GIDDENS, 2001), busca gerir e executar ações que versam sobre o enfrentamento da violência. É importante dizer que a violência permeou as sociedades sem poupar suas instituições e, dentre estas instituições, encontra-se a escola.

A violência nas escolas brasileiras apresenta-se na contemporaneidade como um problema social agudo (ABRAMOVAY; RUA, 2002). Só na Região Metropolitana de Belém (RMB), por exemplo, no ano de 2016 foram registrados 606 atendimentos de ocorrências de atos de violência nas escolas. A presente pesquisa traz no seu cerne esta problemática, ou seja, as ações do Estado para o enfrentamento da violência na escola, tendo como objetivo identificar e analisar essas ações de enfrentamento.

A metodologia consiste, primeiramente, pela leitura de bibliografias que discorrem acerca da temática de interesse. Em seguida, foram realizados trabalhos de campo junto à Companhia de Independente de Polícia Escolar (CIPOE) com coletas de informações, acessando planilhas de atendimento de ocorrências entre os anos de 2012-2016 e também planilhas das escolas que são atendidas por esta companhia. Fez-se a tabulação destas informações e dados, posteriormente analisados. Por último, realizaram-se observações de campo e captura de fotografias de algumas escolas.

O trabalho busca conceituar, inicialmente, a questão da violência, fazendo os recortes possíveis aos interesses da pesquisa. Em seguida, busca-se identificar e analisar as ações do Estado no enfrentamento da violência nas escolas da RMB. No que diz respeito às ações do Estado, serão analisados as informações e dados coletados junto à CIPOE e as ações de fortificação das escolas.

2. VIOLÊNCIA

2.1. CONCEITUANDO VIOLÊNCIA

“São violência o assassinato, a tortura, as agressões e vias de fato, as guerras, a opressão, a criminalidade, o terrorismo, etc.” (BENJAMIN, 1921, p. 8). Você pode questionar que a violência vai muito além do dito acima. E sim, transcende. O próprio Benjamin (1921) levanta a abrangência e a complexidade da categoria violência e, portanto, para este autor o conceito de violência é de difícil definição.

A violência está no campo da força, do vigor e, se utilizados de forma desmedida, podem causar danos físicos. Porém, encontra-se também no campo do simbolismo, do imaterial, como por exemplo: preconceitos de cor, de religião, *bullying*, etc. Neste sentido, Benjamin (1921, p. 10) aponta dois aspectos da violência: “um elemento de força física identificável com seus efeitos, e outro, mais imaterial, de transgressão, vinculado ao um dano a uma ordem normativa, *quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência*” (grifo nosso).

Note que Benjamin também liga a violência à transgressão das normas sociais. Elas representam a tentativa nas sociedades modernas de regular a violência e os conflitos. Se tomarmos

o trecho citado acima deste autor, ele não faz uma distinção entre violência e crime, mas aponta que o que pode ser violência em um determinado período de tempo e espaço pode não ser em outro e que tudo dependeria das normas sociais vigentes.

Embora Benjamin aponte a dificuldade quanto à definição do conceito de violência, ele esboça uma definição:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou sem suas participações simbólicas e culturais (BENJAMIN, 1921, p. 11).

É verídico que esta definição pode ser contestada. Porém, o autor faz um esforço para abranger a violência física, aquela que atenta contra a integridade física de um indivíduo ou um grupo social. Benjamin também destaca a violência que atenta contra a moral de indivíduo ou de um grupo social. Esta se localiza no campo da imaterialidade, dos símbolos e das culturas.

Por outro lado, Alba Zalluar *et al* (2003, p. 1) entende “a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro”. Numa conceituação bastante próxima da enfatizada por Zalluar, Maria Stela Porto (2010) entende que:

[...] seria possível admitir-se, pelo menos como uma hipótese operacional, que se pode falar de violência sempre que a alteridade for desconhecida, ‘esquecida’, ‘desconhecida’, ‘negada’. Em outras palavras, sempre que o outro for desconsiderado com sujeito e, em função disto, tratado como objeto, inviabilizando, em última instância a interação social, seja ela de natureza conceitual ou conflituosa (PORTO, 2010, p. 35).

Ambas as autoras apontam a negação do outro, enquanto sujeito, como sendo violência e, nessa condição, é claro que esta negação se dá tanto no campo material (violência física) como no campo imaterial (violência simbólica).

Embora utilizemos autores que apresentam uma pequena variação de conceituação da violência, no caso: Benjamin (1921), ao considerar a violência enquanto um crime, descumprimento das normas sociais, enquanto que Alba Zalluar (2003) e Maria Stela Porto (2010) ponderam que existem atos de violência que não são crimes, porque algumas formas de violência não estão nas normas jurídicas enquanto tal.

Apesar de a violência poder ser caracterizada por diferentes formas, queremos enfatizar nesse trabalho a violência enquanto crime¹. Este elemento – o crime – permeia o cotidiano das cidades atuais. Neste sentido, Caldeira (2000, p. 27) afirma que “a vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo, e isso se reflete nas conversas diárias [...] a fala do crime –

¹ O crime é o descumprimento normas jurídicas do código civil e penal. É importante dizer que nem toda violência se configura em um crime; por exemplo: numa luta de boxe, o lutador A aplica um “golpe violento” no lutador B, configurando uma violência física. Todavia, não se configura em um crime. O crime está relacionado ao descumprimento de leis. Em outras palavras, o crime seria qualquer violação às leis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 03, n. 01, p. 04-18, jan./jun. 2016.

ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas [...] que tem o crime e o medo como tema – é contagiante”.

Neste mesmo sentido, Benjamin (1921) já apontava para o sentimento da in-segurança associada ao aumento da violência. Ele diz que:

O sentimento de insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ele se corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos mais ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos. Aqui, novamente, imprevisibilidade, caos e violência estão juntos (BENJAMIN, 1921, p. 13).

A fala do medo e porque não afirmar a fala da insegurança está pautado nesta imprevisibilidade do cotidiano, em que tudo pode acontecer. É aqui que a mídia (televisão, *Internet*, fotografias) tem ampla contribuição para a insegurança e o medo difuso nas sociedades, ditas contemporâneas.

Aqui não se pode, de modo algum, negar o Estado² enquanto enfrentamento aos atos de violência, tidos como crimes. Este enfrentamento não precisa ser necessariamente efetivo. Ele serve, sobretudo, para dar respostas à sociedade e para mostrar seu poder, enquanto detentor do monopólio da violência legítima.

Trazendo isto para os objetivos da nossa pesquisa, quando o Estado cria uma polícia especial para enfrentar a violência nas escolas ou quando o mesmo eleva a altura dos muros e usa diversos dispositivos de segurança, ele está criando ações ao enfrentamento da violência, mesmo que estas ações não resolvam tais problemas. Elas são facilmente verificáveis nas escolas do estado, na RMB.

2.2 VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS DE BELÉM

O estudo, intitulado, “Violências nas Escolas”, realizado pela UNESCO-Brasil e publicado em 2002 pesquisou 13 capitais dos estados brasileiros. O objetivo era fazer um mapeamento abrangente acerca das violências nas escolas destas capitais.

Este estudo ouviu um número significativo de sujeitos que fazem parte do cotidiano escolar, no caso: alunos, professores, corpo técnico-pedagógico, pais e funcionários do meio escolar, de modo geral. No total, foram entrevistadas 46.979 pessoas, abrangendo tanto sujeitos de estabelecimentos públicos como instituições privadas, no Nível Fundamental (a partir do 6.º ano) e Ensino Médio.

² Concordamos aqui com Lojkin (1997, p. 29) no seguinte: “o Estado não deve ser reduzido a um simples “aparelho” de repressão de organização pertencente exclusivamente à classe dominante: ele também é objeto de disputa social, é cena política que pode se abrir à representação de interesses contraditórios, contanto que as classes dominantes tenham a capacidade de construir novas racionalidades, mais dignas de crédito do que a racionalidade capitalista baseada na rentabilidade na delegação de poder”.

Na cidade de Belém, a capital paraense, 28 escolas fizeram parte do estudo, sendo 23 públicas e 5 privadas. Nestas escolas, 3.604 alunos, 255 professores e 810 pais foram entrevistados, totalizando 4.669 sujeitos entrevistados. O estudo não mostra os resultados por cada capital, mas sim, de forma geral (ABRAMOVAY; RUA, 2002). O referido estudo entendeu a violência como o seguinte:

[...] primeiramente como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) grupo(s) e também contra si mesmo. Abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios até a violência no trânsito, disfarçada sob a denominação de “acidentes”, além das diversas formas de violência verbal, simbólica e institucional (ABRAMOVAY, RUA, 2002, p.24).

É apontado no estudo questões que contribuem para a prática da violência. No entorno da escola foram destacadas algumas questões, como: a precariedade da sinalização e insegurança no trânsito, elementos que contribuem para o aumento de acidentes da comunidade escolar; o acesso a bebidas alcoólicas em bares, próximas às escolas (63% delas apresentaram esta situação e isto facilitaria em maiores chances de envolvimento em atos violentos); a segurança e policiamento (segundo o estudo realizado, não apresenta um consenso entre os sujeitos da escola em ter ou não o policiamento dentro e fora do ambiente escolar); as gangues e traficantes, apontados pelo corpo técnico-pedagógico como um dos maiores problemas no entorno da escola que, ao adentrar na escola, causa insegurança (ABRAMOVAY; RUA, 2000).

Já no ambiente escolar, propriamente dito, é apontado no estudo questões que contribuem para a prática da violência, como a estrutura física da escola, haja vista que a significativa parcela dos alunos apontou não gostar da mesma; a disciplina dos alunos, onde são apontados que um 1/3 dos alunos pesquisados apresenta um comportamento indisciplinado (ABRAMOVAY; RUA, 2000). Foram apontados diversos tipos de violências nas escolas. Para melhor compreender estes tipos de violência, foram categorizados em:

1. A violência contra a pessoa, que pode ser expressa verbal ou fisicamente e que pode tomar a forma de ameaças, brigas, violência sexual, coerção mediante o uso de armas;
2. A violência contra a propriedade, que se traduzem em furtos, roubos e assaltos;
3. A violência contra o patrimônio, que resulta em vandalismo e depredação das instalações escolares (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.44-45).

Na primeira categoria, a violência contra a pessoa, foi apontada como: ameaças – Belém apresentou o menor percentual entre as cidades estudadas (21%); brigas, violência sexual e uso de armas. Na segunda categoria, a violência contra a propriedade, foi apontada: roubos e furtos – em Belém o corpo técnico-pedagógico disse que já houve roubos e furtos na escola (41%). Na terceira e última categoria, a violência contra o patrimônio, enquadrados a dilapidação do espaço e dos

equipamentos da escola, sem que haja roubo ou furto. São exemplos disto a: pichação, depredação de muros, janelas e destruição de equipamentos. Nesta categoria, 31% do corpo técnico-pedagógico das escolas estudadas em Belém disseram que isto já aconteceu, enquanto que 8% dos alunos disseram o mesmo (ABRAMOVAY; RUA, 2000).

Nas diversas conclusões apresentadas pelo estudo, podemos destacar aqui que a violência física nas escolas é caracterizada por brigas, agressões, invasões, depredações, ferimentos e até mortes. Os conflitos se registram entre vários atores. Já a violência simbólica é difícil de realizar a identificação pelos sujeitos que a sofrem, pois esta é muitas vezes praticada de forma sutil ou até mesmo em forma de brincadeiras (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Como foi abordada anteriormente, a escola está permeada e até mesmo sitiada pela violência. Na tentativa de dar respostas à sociedade e mostrar-se como regulador/normatizador de conflitos, o Estado vai criar ações para o enfrentamento da violência nas escolas. O Estado busca por meio de suas instituições, como exemplo, a Polícia Militar, regular a violência que afeta as escolas, em função da busca de legitimidade para as políticas públicas.

3. AÇÕES DO ESTADO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

31. COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA ESCOLAR (CIPOE): POLICIAMENTO NAS ESCOLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

O medo da violência permeia o dia a dia das principais cidades brasileiras. Caldeira (2000) aponta, em estudos realizados, que o medo da violência tem uma fala própria (a fala do medo) que se configura pelos relatos de assaltos, assassinatos e atos de violência de modo geral. A violência ou o medo dela não poupou as instituições que, tradicionalmente, receberam certo respeito das sociedades, como as instituições de ensino.

Atualmente são comuns nos noticiários das mídias (televisão, jornais impressos, etc.) manchetes e reportagens sobre o assunto da violência na escola e contra ela. Nestes casos destacam-se reportagens que abordam assaltos, tráfico e consumo de entorpecentes, lesão corporal/agressões, dentre outros.

As instituições de ensino – as escolas – são territórios e territorialidades do Estado e, portanto, quando estas são atacadas o Estado precisa dar respostas à sociedade que o pressiona. Estas respostas vão desde o levantamento de muros, instalação de cercas elétricas, instalação de câmeras até o policiamento ostensivo.

Em relação ao policiamento nas escolas, no estado do Pará, a Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE) é a responsável por atender as escolas em todo o estado. Contudo, a

atuação desta companhia se limita a uma parte da Região Metropolitana de Belém (RMB), como Belém, Ananindeua e Marituba. Segundo a própria CIPOE, são atendidas 315 escolas nestes três municípios. No município de Belém são atendidas 225 escolas, em Ananindeua 86 e em Marituba, 4. O *site* da Polícia Militar diz que:

A Companhia Independente de Polícia Escolar foi criada em 1991, porém, o policiamento escolar já era realizado desde 1989, por ocasião do Programa “Escola pede Paz”, envolvendo a Seduc, Segup, Juizado da Infância e da Juventude, Polícia Militar, por meio do extinto Batalhão de Trânsito e Detran. A Cipoie tem como missão realizar o policiamento ostensivo nas escolas e no perímetro escolar, que abrange aproximadamente, um raio de 100 metros no entorno da escola, assim como: prevenir, detectar e reprimir delitos, além de manter e preservar a ordem pública. (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2015).

10

Como é dito acima, a CIPOE apresenta-se como policiamento espacial, pois as formas de abordagens e metodologia, utilizadas por esta Companhia, são mais cautelosas, uma vez que o seu público-alvo são alunos, em sua grande maioria crianças e adolescentes. Ainda acerca da CIPOE, ela vem desenvolvendo projetos-piloto em algumas escolas de policiamento comunitário³.

A CIPOE divide as escolas em Setores Territoriais de atendimento pela CIPOE. Um Setor Territorial agrupa diversos bairros de modo zonal. No total, são 4 Setores Territoriais, sendo que 3 destes setores ficam no município de Belém (Setores Territoriais 1, 2 e 3). Já o Setor Territorial 4 atende os municípios de Ananindeua e Marituba.

O Plano de Gestão 2016-2018⁴ da CIPOE diz que seu objetivo estratégico é melhorar a acessibilidade e a segurança escolar: proporcionar condições para facilitar o acesso das comunidades escolares à metodologia e procedimentos da CIPOE. Ainda segundo a CIPOE, a sua iniciativa estratégica é setORIZAR o policiamento escolar, atribuindo responsabilidade territorial sobre o espaço a diversos batalhões da Polícia Militar.

Se o objetivo da CIPOE é proporcionar acessibilidade à segurança, então parte-se do princípio que as escolas são inseguras e esta insegurança é quase sempre associada aos atos de violência. A presença do policiamento escolar neste contexto pode ser entendida pela comunidade escolar e pela própria CIPOE como sendo, a CIPOE, detentora da segurança. Não podemos perder de vista que a CIPOE é o Estado, atuando em prol da segurança no ambiente escolar.

As planilhas de atendimento das ocorrências da CIPOE referentes aos anos de 2012-2016 trazem diversas categorias ou tipos de atendimento. Podemos citar algumas, como: agressão/lesão corporal, ameaças, aliciamento de menor, apoio, brigas de alunos, consumo de bebida alcoólica, danos ao patrimônio público, desacato, desordem, furto, tráfico e consumo de entorpecente, porte

³ Tivemos informação junto à CIPOE que já foi realizado um projeto-piloto de policiamento escolar comunitário na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa, localizada no bairro da Terra Firme, Belém. Foi nos dito, também, pela CIPOE que existe um novo projeto-piloto para ser implementado. Porém, não foi nos dito em qual escola e quando este começaria.

⁴ O referido plano não foi publicado e tivemos acesso apenas a um fragmento do mesmo.

ilegal de arma branca e de fogo, roubo, situação de risco, tentativa de furto e de roubo, tentativa de homicídio, etc. A tabela 1 mostra o quantitativo do número de atendimento das ocorrências nas escolas RMB.

Tabela 1 – Número total de ocorrências atendidas pela CIPOE nas escolas da Região Metropolitana de Belém nos anos de 2012-2016.

Número total de ocorrências atendidas pela CIPOE nas escolas de Região Metropolitana de Belém nos anos de 2012-2016		
Ano	Quantidade	Porcentagem (%)
2012	659	26,46%
2013	436	17,5%
2014	304	12,2%
2015	486	19,51%
2016	606	24,33%
Total	2.491	100%

Fonte: Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), 2016*.

*A elaboração desta tabela se deu com base nos dados das planilhas de atendimento das ocorrências da CIPOE nos anos de 2012-2016 na RMB.

A tabela 1 mostra que no total, período de 2012-2016, a CIPOE efetuou 2.491 atendimentos das ocorrências nas escolas da RMB. Os extremos do referido período temporal analisado (ou seja, 2012 e 2016) possuem os maiores valores quanto ao número de atendimentos das ocorrências nas escolas da área, enfatizados neste trabalho. O ano de 2012 apresenta o maior valor numérico, 659 casos de registro de atendimento o que equivale a 26,46%, enquanto que o ano de 2016 apresenta 606 casos, o equivalente a 24,33%.

Também é possível inferir que, de 2012 a 2014, houve um decréscimo no número de atendimentos das ocorrências pela CIPOE. , além disso, percebeu-se um crescimento de cerca de 50% da violência nos anos de 2014 a 2016, sendo que no ano de 2014 foram realizados 304 atendimentos de ocorrências (equivalente a 12,2%) enquanto que em 2016 foram atendidas 606 ocorrências (equivalente a 24,33%).

Este último ano apresentou valores próximos ao de 2012, o qual possui o maior número de casos de atendimento das ocorrências nas escolas da RMB.

Estes números de atendimentos das ocorrências por ano são tabelados em categorias pela CIPOE. A tabela 2 mostra as 10 categorias que apresentam os maiores valores numéricos, em relação ao atendimento das ocorrências nas escolas da RMB.

Tabela 2 – As 10 categorias de tipos de violência que apresentaram os maiores valores numéricos de atendimento das ocorrências nas escolas da RMB pela CIPOE nos anos de 2012-2016.

As 10 categorias de tipos de violência que apresentaram maiores números de ocorrências atendidas nas escolas da Região Metropolitana de Belém em 2012 - 2016 pela CIPOE							
Categoria/Descrição	Anos					Total	Porcentagem
	2012	2013	2014	2015	2016		
Roubo	153	89	55	105	165	567	26,4%
Ameaça	139	65	70	52	63	389	18,1%
Agressão/Lesão corporal/Vias de fato	93	28	25	30	79	255	11,9%
Brigas de alunos	58	35	39	50	11	193	9%
Furto	47	29	26	38	50	190	8,8%
Apoio	14	44	13	51	37	159	7,4%
Entorpecentes (tráfico e consumo)	33	24	21	35	27	140	6,5%
Desordem	25	30	24	26	22	127	5,9%
Acidente de trânsito	11	21	5	19	20	76	3,5%
Tentativa de roubo	10	8	13	6	17	54	2,5%
Total						2.150	100%

Fonte: Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), 2016.

Como já apontamos, a tabela 2 mostra as 10 categorias de violência mais recorrentes nas escolas. A categoria Roubo apresenta-se como a mais recorrente nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016. Nos 5 anos analisados, esta categoria registrou 567 atendimentos de ocorrências do total de 2.150, assim, a categoria Roubo representa 26,4% destes registros de atendimentos.

A categoria Ameaça é a segunda no levantamento da CIPOE acerca das ocorrências atendidas. Ela registrou 389 atendimentos, representando 18,1% do total de 2.150. Em terceiro lugar, a categoria Agressão/Lesão Corporal/Vias de Fato, com 255 casos de atendimentos o equivale a 11,9% do total. A categoria Brigas de alunos registrou 193 casos de atendimento, representando 9% do total.

Na sequência aparece, em quinto lugar, a categoria Furto, com 190 (8,8%) registros de atendimentos de ocorrências; em sexto, a categoria Apoio⁵ com 159 (7,4%); em sétimo lugar, Entorpecentes (tráfico e consumo), com 140 casos (6,5%); em oitavo está a categoria Desordem, com 127 (5,9%); em seguida, em nono, aparece a categoria Acidente de trânsito com 76 (3,5%) e, por fim, em décimo, aparece a categoria Tentativa de roubo, registrando 54 (2,5%) ocorrências atendidas.

É importante fazermos uma distinção entre estas categorias, pois há algumas que são oriundas do público atendido e prestador de serviços da/pela instituição escola, como alunos e funcionários e também têm outras que são problemas gerados pela violência que vem de fora da instituição escolar. No primeiro caso, as categorias Ameaça, Agressão/Lesão Corporal/Vias de Fato, Briga de alunos e Desordem são categorias que podem ser classificadas como oriundas do próprio

⁵ A categoria Apoio é também conhecida como “aviões”. Abramovay e Rua (2000, p. 31) já apontavam que “[...] Em muitos casos, os traficantes utilizam vendedores ambulantes e até alunos para a venda e distribuição de drogas (os chamados “aviões”)”.

ambiente escolar, apesar de entendermos que há uma dificuldade nesta classificação por conta da complexidade apresentada por cada escola.

No segundo caso, podemos classificar como categorias que são oriundas do ambiente extraescolar e que adentra nas instituições de ensino, as categorias Roubo⁶, Furto, Entorpecentes (tráfico e consumo), Apoio e Tentativa de roubo. Estas categorias seriam então a violência contra os sujeitos da escola, contra a própria escola, ou seja, que vem do ambiente externo e adentra no ambiente escolar.

Essa categorização da violência, utilizada para classificar a violência nas escolas é uma tipologia facilmente aplicada em toda a sociedade. Isso se deu porque a escola foi invadida pelos mesmos fenômenos sociais que afetam a sociedade brasileira como um todo e, desta forma, não é mais possível isolar uma tipologia específica de violência na escola. O problema desse processo é que a gestão da segurança pública do estado do Pará tem encontrado enormes dificuldades para conseguir mecanismos não convencionais para enfrentar a violência nas escolas.

Em outras palavras, o Estado tem mobilizado seu aparato de segurança convencional para enfrentar a violência na escola, seja na utilização da Polícia Militar e do sistema jurídico de normas legais, como o uso do Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar etc. Porém, é muito significativa a presença cada vez mais marcante da Polícia Militar, por meio da CIPOE nas escolas na RMB. Embora reconheçamos que essa Companhia, seja diferenciada na condução e abordagem da questão da violência nas escolas, já que se encontra fundamentada no conceito de polícia comunitária, notamos mesmo assim grandes dificuldades de estrutura física, carência de pessoal e de equipamentos operacionais para dar uma melhor resposta à sociedade. Analisando o quadro geral do sistema de segurança pública no Pará, sabemos que os resultados são precários, com a insegurança, tal como é definida por BENJAMIN (1921), tornando-se um verdadeiro paradigma de sociabilidade e de gestão da sociedade.

3.2. FORTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (RMB)

Um estudo realizado na Escola Estadual Dr. Agostinho Monteiro na cidade de Ananindeua/PA, cidade que fica na RMB apontou que, entre os anos de 2015 e 2016, a escola vinha passando por um processo de fortificação em sua estrutura física. É importante ressaltar que esta escola está localizada na periferia da cidade.

Silva, Souza e Evangelista (2016)⁷ apontam que

⁶ As categorias roubo e furto, aqui nós classificamos como oriunda do ambiente extraescolar, não porque alunos e outros sujeitos da escola não os praticarem, mas porque são os sujeitos de fora da escola que causam mais insegurança quanto a estas categorias.

⁷ Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1466765510_ARQUIVO_LeildoSilva01ENG.pdf>.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 03, n. 01, p. 04-18, jan./jun. 2016.

[...] a violência é um agente transformador/modelador da paisagem urbana, sobretudo, por meio do medo que a mesma causa às pessoas. As evidências de transformação/modelagem na paisagem por este meio estão materializadas em muros, grade, cerca elétrica, vigias e policiais dentro da escola estudada (SILVA; SOUZA; EVANGELISTA, 2016, p. 10).

No estudo citado estávamos mais interessados em entender como a paisagem escolar era modificada diante da violência que assola as escolas e, como o estudo apontou, a violência é um agente (re) modelador da paisagem urbana e, logicamente, escolar. Isto fica mais visível diante dos aparatos de segurança que as escolas montam, como: câmeras, vigilantes, gradeamento de janelas e portas e, sobretudo, levantamento de muros.

Já a continuidade da pesquisa se voltou para identificar e entender as ações relativas ao enfrentamento da violência nas escolas e investigar as implicações das ações do Estado no que diz respeito aos mecanismos de controle e de acessibilidade dentro da escola e em seu entorno, com implicações inclusive na estrutura física, como a fortificação das escolas. Contudo, diferente do estudo anteriormente destacado, queremos analisar essas mudanças que a violência traz a partir do uso da categoria de território, mais precisamente em relação ao conceito de “Contenção Territorial⁸”.

O levantamento de muros é uma ação do Estado no enfrentamento da violência. Isto é uma tendência e uma demanda das escolas. A demanda é, sobretudo, em função dos pedidos do corpo técnico-pedagógico que se sente inseguro no ambiente de trabalho e também solicitado pelos pais dos alunos, com a finalidade de ter uma escola mais segura aos seus filhos. A Escola Estadual Luís Nunes Direito, no Conjunto Cidade Nova IV, Ananindeua/PA adotou muros elevados, conforme é observada na Figura 1:



Figura 1 – Muro com marcas de elevação de sua altura (recente) da Escola Luís Nunes Direito.

Fonte: ARANHA, I. T. 2016.

⁸ Haesbaert diz que a “contenção territorial, [...] foi o termo que encontramos para revelar, sobretudo, [...] a ambiguidade envolvida nas formas contemporâneas de territorialização. A começar pelas novas cercas e muros [...] que não significam simplesmente, um processo de “exclusão”” (2014, p. 215).

Observe que a figura 1 mostra que a altura do muro foi elevada. O muro desta escola apresentava antes uma altura razoável, mais ou menos no nível das pinturas de publicidade. A área no entorno da escola é conhecida como perigosa, sobretudo, em relação a assaltos e roubos.

O leque de escolas que já adotaram a fortificação de suas estruturas físicas é vasto. Podemos mostrar mais duas escolas analisadas nesta pesquisa que também tem muro, gradeamento e cercas elétricas com mecanismos de segurança. Observe as Figuras 2 e 3 que mostram a fortificação da Escola Estadual Dr. Agostinho Monteiro (figura 2), localizada bairro do Coqueiro, no Conjunto Cidade Nova II e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Antonio Gondim Lins (figura 3), localizada no bairro do PAAR. Ambas as escolas estão localizadas na cidade de Ananindeua/PA, periferia de Belém.

Fazendo uma análise das escolas pesquisadas, sobretudo, as que foram observadas pelas Figuras 1, 2 e 3, afirma-se que elas são territorialidades do Estado e quando elas sofrem com a violência, o Estado entende que seu poder está sendo colocado em cheque. Logo, ele precisa dar respostas à sociedade, normatizando e regulando a violência e os conflitos sob a batuta das normas jurídicas. A construção de muros, a instalação de cercas elétricas, câmeras de segurança, etc. são medidas de contenção territorial e gestão da in-segurança (HAESBAERT, 2014) por parte do Estado nas escolas.

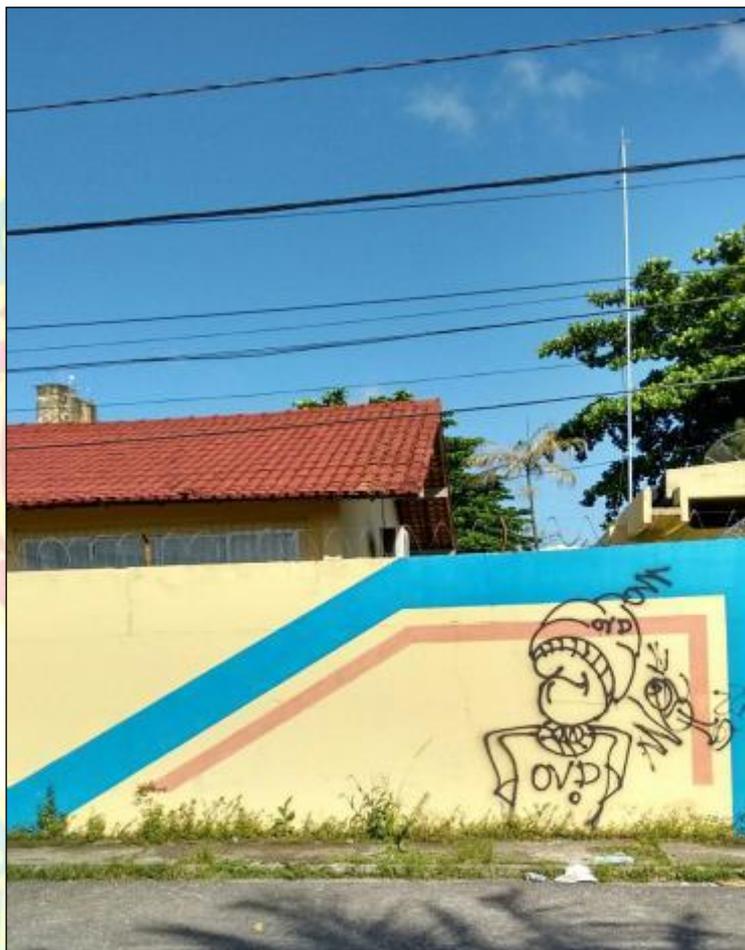


Figura 2 – Fachada do muro da Escola Estadual Dr. Agostinho Monteiro, na cidade de Ananindeua/PA.
Foto: SILVA, L. D., 2016.



Figura 3 – Muro da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Antonio Gondim Lins, bairro Paar, Ananindeua/PA.
Foto: SOUZA, A. L. F., 2017.

Nota: Esta figura busca destacar a altura do muro e a cerca elétrica sobre o mesmo.

Haesbaert (2014, p. 222) nos fala que “o muro contemporâneo [...] tem dupla e inglória função: em primeiro lugar, representar a força de um poder [o estatal] [...] em segundo lugar, controlar a circulação [...]”. Desta forma, entendemos que os muros levantados nas escolas e outros dispositivos de segurança são, em primeiro lugar, uma resposta à sociedade do poder do Estado e em segundo lugar, para conter a circulação de drogas e roubos e aumentar a sensação de segurança nos sujeitos das escolas. Além disso, implicitamente, estes muros e dispositivos tem a função de disciplinar e controlar os sujeitos da escola.

Os muros e outros dispositivos de segurança que se materializam na escola são reflexos da insegurança causada pelo medo da violência. Benjamin (1921), diz que a insegurança repousa sobre a idéia do aumento da violência, um cotidiano de imprevisibilidade, no qual podemos esperar de tudo ou de que não podemos mais ter certeza de nada.

A insegurança causada pela idéia do aumento da violência é uma via que contribui para que o Estado legitime as suas políticas públicas voltadas ao seu enfrentamento. Desta forma, o policiamento ostensivo e a fortificação da estrutura física escolar são legitimados sob a justificativa de enfrentamento e combate à violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a nossa pesquisa sobre o tema “Ações do Estado para o Enfretamento da Violência nas Escolas” não esteja concluída, podemos afirmar que o Estado apresenta duas ações de fácil verificação no ambiente escolar: o policiamento por meio da CIPOE e a fortificação da estrutura física das instituições de ensino.

Em relação ao policiamento da CIPOE, no período temporal de 2012-2016, conclui-se que, diante dos dados apresentados, que esta ação é ineficiente, pois como mostra a tabela 2, os números de atendimento de ocorrências nas escolas da RMB em 2016 pouco se diferenciam do ano de 2012.

Em relação à fortificação das estruturas físicas das escolas, a nosso ver, existe uma demanda por parte da comunidade escolar sobre a justificativa de que a elevação da altura dos muros e a instalação de dispositivos de segurança (câmeras, cercas elétricas, grades, etc.) trazem a sensação de segurança, mesmo que isto não resolva o problema da violência.

Observa-se que a escolha de mecanismos tradicionais (estratégias normativas e territoriais) tem sido utilizada pelo Estado para dar uma resposta à sociedade no enfrentamento da violência nas escolas. Entre estas escolhas estão: a construção de muros, cerca de arame farpado, gradeamento nos portões de acesso e também das salas de aula. Estes são dispositivos de segurança cada vez mais comuns nas escolas da RMB que, somadas à maior presença da Polícia Militar nas rondas em

seu entorno, completam o que poderíamos chamar de estratégias de gestão territorial da segurança do Estado no ambiente escolar, para o enfrentamento da violência, com resultados questionáveis quando observamos o cotidiano de insegurança e medo de alunos, professores e funcionários das escolas na RMB.

5. REFERÊNCIAS

18

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133967por.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- BENJAMIN, W. **Para uma crítica da violência**. In: BENJAMIN, W. Escritos sobre mito e linguagem. Tradução de Ernani Chaves. Organização de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000. 400p.
- COMPANHIA de policiamento escolar da PMPA completa 24 anos. **Polícia Militar do Pará**, 2015. Disponível em: <<http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/874>>. Acesso em 16 de junho de 2017.
- FARIAS, F. B. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção questões da nossa época; v. 73).
- GUIDDES, A. **O Estado-Nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2001. – (Clássicos: 22)
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320p
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PARÁ. Companhia Independente de Polícia Escolar. **Plano de Gestão 2016-2018**. Belém: Polícia Militar, 2016.
- PORTO, M. S. G. **Sociologia da Violência**. Brasília: Verbana Editora, 2010.
- SILVA, L. D.; SOUZA, A. L. F.; EVANGELISTA, M. J. B. **Violência, Escola e Paisagem: Estudo de caso da Escola Agostinho Monteiro em Ananindeua/PA**. São Luís/Ma: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016 (Anais eletrônicos). Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1466765510_ARQUIVO_LeildoSilva01ENG.pdf>. Acesso em 28 de março de 2017.
- ZALUAR, A. M., 2003. **O contexto social e institucional da violência**. (In: ed.), pp. 8, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://nupevi.iesp.uerj.br/>>. Acesso em: 29 de outubro 2016.